

Lição 27: Como a ignorância ou o engano relativos às coisas primeiras e imediatas pode ser induzido pelo silogismo e levar alguém a supor que algo é o que não é

“ b23. Ignorância – definida não como — b28. O erro, no entanto, que — b31. Ora, dois casos são — b34. C pode muito bem — b40. Por outro lado — a6. Erro de atribuição

Após determinar sobre o silogismo demonstrativo pelo qual a ciência é adquirida, o Filósofo aqui determina sobre o silogismo pelo qual a ignorância ou o engano é produzido em nós. A respeito disso, ele faz duas coisas. Primeiro, mostra que tipo de ignorância pode ser induzida por um silogismo. Segundo, mostra o modo como tal silogismo procede (79b28).

Ele distingue, portanto, primeiro (79b23) uma dupla ignorância, uma das quais é negativa e a outra um estado positivo. Há ignorância de modo negativo, quando um homem não tem conhecimento científico algum sobre uma coisa. Essa ignorância consiste em não atingir, como diz o Filósofo na *Metafísica IX*, e é exemplificada em um camponês que nada sabe absolutamente sobre se um triângulo tem três ângulos iguais a dois retos. Mas a ignorância se apresenta como um estado positivo, quando alguém tem uma opinião definida, porém insustentável. Por exemplo, quando julga falsamente algo sobre uma coisa, seja porque pensa que algo é o que não é, seja porque pensa que algo não é o que é. E essa ignorância é o mesmo que erro.

Ora, a primeira ignorância não é produzida por um silogismo, mas a segunda pode ser, e então é chamada de engano. Tal ignorância ou engano pode concernir a duas coisas: primeiro, àquelas coisas que são primeiras e imediatas, os princípios, ou seja, quando alguém opina coisas opostas

aos princípios. E, embora não possa opinar interiormente na mente, como foi dito acima, porque essas coisas não caem sob a apreensão, ele pode, no entanto, contradizê-las oralmente e segundo uma falsa imaginação, como se diz na *Metafísica* IV sobre alguns que negam os princípios. Segundo, pode concernir a conclusões que não são primeiras e imediatas. Além disso, a primeira dessas ignorâncias ou enganos é oposta ao conhecimento que é o entendimento, e a segunda, ao conhecimento que é a ciência.

Cada um desses estados de ignorância, seja concernente a coisas primeiras ou a coisas não primeiras, pode ocorrer ao homem de dois modos: primeiro, diretamente, quando independentemente de qualquer processo de raciocínio ele pensa uma falsidade, afirmando ou negando. De outro modo, quando é levado à sua opinião através de alguma razão silogizada. Por isso, o Filósofo diz na *Metafísica* IV que alguns contradizem os princípios como que persuadidos por razões; outros, porém, não como que persuadidos por razões, mas por falta de erudição ou por obstinação que exige ter demonstração em todas as matérias.

Em seguida (79b28), ele mostra como essas ignorâncias são causadas. Primeiro, como é causada a ignorância produzida por um silogismo. Segundo, como a ignorância ocorre ao homem sem silogizar (81a38) [L. 30]. Sobre o primeiro, ele faz duas coisas. Primeiro, expõe como a ignorância relativa aos primeiros e imediatos princípios é gerada por um silogismo. Segundo, como é causada em relação a coisas não primeiras e imediatas (80b17) [L. 29]. Sobre o primeiro, ele faz três coisas. Primeiro, expõe como é causada a ignorância pela qual se acredita que o que não é é. Segundo, aquela pela qual se acredita que o que é não é (80a8) [L. 28]. Sobre o primeiro, ele faz três coisas. Primeiro, expõe como a ignorância supracitada é geralmente causada. Segundo, atribui suas várias formas possíveis (79b31). Terceiro, responde a uma questão tácita (80a6).

Ele diz, portanto, primeiro (79b28) que o engano segundo a opinião falsa, que acima foi dito ocorrer diretamente, é simples, i.e., é engendrado de apenas um modo. Pois não é causado por uma razão, que poderia variar, mas pela falta de uma razão, a qual [falta] não se diversifica em vários modos, cada um com suas próprias características, mais do que qualquer outra negação.

Contudo, como as razões falsas podem ser variadas e muitas, essa ignorância, quando é gerada por um silogismo, pode ocorrer de várias maneiras, segundo as diversas formas pelas quais um silogismo pode ser falso. A maneira comum é apresentada quando ele diz: "Seja A em nenhum B individualmente" (79b29), ou seja, que esta proposição seja imediatamente verdadeira: "Nenhum B é A". Pois duas negações são afirmadas no lugar de uma — por exemplo, se disséssemos "Nenhuma qualidade é substância" — segundo a doutrina sobre proposições negativas imediatas apresentada acima. Portanto, se alguém concluísse o oposto disso com um silogismo, tomando C como um termo médio para mostrar que todo B é A, haverá um engano por meio do silogismo.

Em seguida (79b31), ele mostra de quantas maneiras isso pode variar. E, primeiramente, deve-se notar que uma conclusão falsa não é concluída a não ser quando o silogismo é falso. Mas um silogismo pode ser falso de duas maneiras: primeiro, por falta de forma silogística, caso em que não é um silogismo, mas aparenta sê-lo. De uma segunda maneira, por empregar proposições falsas, caso em que é um silogismo quanto à forma, mas é falso devido às proposições falsas utilizadas. Portanto, em uma disputa dialética, que lida com o provável, poder-se-ia usar ambos os tipos de silogismo falso, porque tal disputa procede de premissas comuns. Consequentemente, o

erro pode surgir tanto em relação à matéria empregada, que é comum, quanto em relação à forma, que é comum.

Mas em uma disputa demonstrativa, que lida com coisas necessárias, o tipo de silogismo utilizado é aquele que só poderia ser falso por causa da matéria, pois, como é dito no livro I dos *Tópicos*, um paralogismo em uma dada disciplina procede de coisas próprias à disciplina, mas não de coisas verdadeiras. Assim, como a forma silogística deve ser contada entre as coisas comuns, o paralogismo dentro de uma disciplina — que é a matéria em discussão — não é defeituoso na forma, mas apenas na matéria, e, além disso, em relação a coisas próprias e não a coisas comuns. E assim: Primeiro, ele diz como tal silogismo pode proceder de duas premissas falsas. Em segundo lugar, como pode proceder de uma ou outra premissa ser falsa (79b40). Mas como o primeiro caso pode ocorrer de duas maneiras, a saber, a proposição falsa pode ser contrária à verdadeira ou contraditória a ela, portanto: Primeiro, ele mostra como tal silogismo pode proceder de duas afirmações falsas que são contrárias a afirmações verdadeiras. Em segundo lugar, como uma contradição é aceita (79b34).

Primeiro, então (79b30), ele diz que em um silogismo que causa engano, às vezes acontece que ambas as premissas são falsas, e às vezes apenas uma. Tomemos o caso de duas premissas falsas, cada uma contrária ao que é verdadeiro. Por exemplo, suponha que C esteja relacionado a A e a B de tal modo que nenhum C é A e nenhum B é C. Ora, se tomarmos os contrários destes, a saber, que todo C é A e todo B é C, essas duas proposições serão completamente falsas. Por exemplo, se eu dissesse: "Toda qualidade é substância; toda quantidade é qualidade: portanto, toda quantidade é substância."

Em seguida (79b34), ele mostra como ambas as premissas podem ser falsas e não contrárias, mas contraditórias ao que é verdadeiro. Por exemplo, se C está relacionado a A e a B de tal modo que não está contido totalmente sob A nem está universalmente em B. Assim, poder-se-ia tomar C como "perfeito" ou "ser atual", e proceder da seguinte maneira: "Toda coisa perfeita é substância; toda quantidade é perfeita: portanto, toda quantidade é substância." Ora, embora ambas sejam falsas, não o são inteiramente, pois seus contraditórios são verdadeiros, a saber, "Algumas coisas perfeitas não são substâncias" e "Alguma quantidade não é perfeita"; mas seus contrários são falsos, a saber, "Nenhuma coisa perfeita é substância" e "Nenhuma quantidade é perfeita."

Que C não está em B universalmente (isto é, que a afirmação "Toda quantidade é perfeita", que era a menor, não é verdadeira), ou seja, que "Todo B é C" não é verdadeiro, ele prova pelo fato de que B não pode estar contido sob nenhum todo que possa ser predicado universalmente dele. E isso é assim porque a proposição "Nenhum B é A" foi dita ser imediata, o que significa que A não está universalmente em B. Mas, como foi dito acima, essas proposições negativas são imediatas, cujos termos nenhum está sob um todo.

No entanto, essa prova não parece suficiente, porque algo pode ser predicado universalmente mesmo daquilo que não está sob algum todo como uma espécie sob um gênero. Pois o gênero e a diferença não são as únicas coisas predicadas universalmente, mas uma propriedade também o é. Mas deve-se dizer que, embora a prova em questão não seja eficaz em geral, o é neste caso. Porque, como é dito no livro I dos *Tópicos*, um paralogismo dentro de uma disciplina — com a qual estamos lidando aqui — procede de itens que estão de acordo com a disciplina. Portanto, ele

pretende usar tais termos médios como um demonstrador usa. Mas o termo médio de uma demonstração é a definição, como foi dito acima. Portanto, mesmo no silogismo do qual ele fala, ele pretende usar uma definição como termo médio. Ora, uma definição contém o gênero e a diferença. Assim, aquilo que é predicado universalmente neste silogismo deve conter aquilo em que o sujeito está, como em um todo.

Novamente, que A não está em C universalmente, isto é, que a afirmação "Toda coisa perfeita é substância" não é universalmente verdadeira, é provado pelo fato de que não é exigido de todo universal que esteja universalmente em todas as coisas que são: porque nenhum predicado é predicado de coisas contidas sob outro predicado, nem é universalmente predicado daqueles itens que comumente se seguem ao ser, a saber, ato e potência, perfeito e imperfeito, anterior e posterior, e similares.

Em seguida (79b40), ele mostra como o referido silogismo pode proceder de uma premissa verdadeira e uma falsa. E ele diz que no referido silogismo podemos tomar uma verdadeira, a saber, a maior, que é AC, e a outra falsa, a saber, a menor, que é BC. Que a proposição menor, que é BC, é sempre a falsa, ele prova, como fez acima, com base no fato de que B não está em nenhum C como em um todo. Mas que esta proposição AC poderia ser verdadeira, enquanto a outra é falsa, ele prova em termos. Seja A em B e em C individualmente, isto é, imediatamente, como um gênero em suas espécies; por exemplo, como a cor está para a brancura e a negritude. Ora, sob essas condições, é óbvio que a maior será verdadeira, a saber, "Todo C é A", por exemplo, "Toda brancura é cor", e a menor falsa, a saber, "Toda negritude é brancura": pois quando algo é predicado "primeiramente" de vários, nenhum dos vários é predicado de qualquer outro deles. Pois a primeira predicação de um gênero é de espécies opostas.

Aqui, também, surge uma dúvida, porque, a partir dos termos usados aqui, não se segue uma conclusão falsa, mas verdadeira. Pois a conclusão será que A está em B, tendo-se assumido também que está em B individualmente. Mas deve-se responder que este exemplo foi usado meramente para ilustrar como a maior poderia ser verdadeira e a menor falsa; embora não seja de utilidade em um caso onde se busca uma conclusão falsa. Daí o Filósofo acrescentar imediatamente: "É igualmente o caso de AC se não for atômico". No entanto, poderíamos tomar termos tais que A não está em B nem individualmente nem de modo algum, mas está antes imediatamente removido de B. Nem é necessário que esteja em C individualmente, porque não é necessário que um demonstrador empregue apenas proposições imediatas: pois ele pode usar aquelas que são apoiadas por proposições imediatas. Podemos, portanto, tomar outros termos pertinentes ao caso presente, por exemplo, "substância intelectual", como termo médio, pois "Toda inteligência é substância", e tomar como a menor falsa "Toda quantidade é inteligência". Daí se segue uma conclusão falsa.

Em seguida (80a6), ele responde a uma questão tácita. Pois alguém poderia pedir que ele exemplificasse a diversidade de tal silogismo nas outras figuras. Mas ele responde que um engano, que recai sobre o ser, ou seja, pelo qual alguém opina uma proposição afirmativa falsa, só pode ser derivado pela primeira figura, porque na figura seguinte, isto é, na segunda, não se pode formar um silogismo afirmativo. Quanto à terceira figura, ela não se aplica ao caso, pois não pode concluir um universal, que é principalmente visado na demonstração e neste silogismo.

Revision #2

Created 20 September 2026 15:41:33 by Admin

Updated 20 September 2026 23:01:37 by Admin